



PREFEITURA DE  
**ANÁPOLIS**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO DE PESSOAS E INOVAÇÃO  
DIRETORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

# **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 016/2026**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS**  
(989221)

## **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA LAVAGEM DE VEÍCULOS PARA ATENDER A PREFEITURA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANÁPOLIS**

### **VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

R\$ 65.760,74 (sessenta e cinco mil setecentos e sessenta reais e setenta e quatro centavos)

### **DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

26/03/2026, às 09h00min (horário de Brasília)

### **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

MENOR PREÇO POR ITEM

### **MODO DE DISPUTA:**

ABERTO

### **PARTICIPAÇÃO ME/EPP/EQUIPARADAS**

EXCLUSIVO ME/EPP

### **LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA:**

PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL  
WWW.COMPRASGOVERNAMENTAIS.GOV.BR



## Sumário

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2026 .....	3
1. DO OBJETO .....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	7
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES ..	8
6. DA FASE DE JULGAMENTO .....	10
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	12
8. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS .....	13
9. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO .....	14
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA .....	17
11. DO REAJUSTE .....	18
12. DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADO .....	18
13. DO CANCELAMENTO DA ATA OU DO PREÇO REGISTRADO .....	20
14. DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS .....	20
15. DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS .....	21
16. DOS RECURSOS .....	22
17. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	23
18. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	26
19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	26

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2026**  
(Processo Administrativo nº. 01108.00002306/2024-69)

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Anápolis, por meio da Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas e Inovação, com sede à Av. Profa. Zenaide de Calle Roriz, 1350 - Jundiáí, Anápolis - GO, 75110-030, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº. 48.980, de 27 de abril de 2023, Decreto 52.132/2025 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

## 1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA LAVAGEM DE VEÍCULOS**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

## 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).
  - 2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. Caso estabelecido no Termo de Referência, itens para participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, será observado os termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
  - 2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

- 2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.
- 2.7. Não poderão disputar esta licitação:
- 2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
  - 2.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
  - 2.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
  - 2.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
  - 2.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
  - 2.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
  - 2.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
  - 2.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
  - 2.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
  - 2.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
  - 2.7.11. Consórcio de empresas;
    - 2.7.11.1. A Lei de nº. 14.133/21, em seu art. 15, traz a possibilidade da participação de consórcios nas licitações promovidas, vinculando à Administração a escolha pela não admissão da participação de consórcios aos casos devidamente fundamentados. Dessa forma, para o objeto aqui pretendido, a participação de consórcio(s) de empresas resultaria em evidente restrição à competitividade e a economicidade buscadas, visto que a reunião de empresas, em tese, possibilitaria comportamentos negociais não isonômicos, eventualmente, com a formação de alianças/acordos para a manipulação ilegal de preços.

- 2.8. O impedimento de que trata o item 2.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2 e 2.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.11. O disposto nos itens 2.7.2 e 2.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 2.13. A vedação de que trata o item 2.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá às fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
  - 3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
  - 3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
  - 3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



- 3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 3.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens acima sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.
- 3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.10.3. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema
- 3.10.4. O valor final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### 4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 4.1.1. Valores unitário e total do item;
  - 4.1.2. Marca;
  - 4.1.3. Fabricante;
  - 4.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo de estabelecido pelo Termo de Referência;
    - 4.1.4.1. Quando não houver quantidade mínima a ser cotada, o licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.
  - 4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.3. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.4. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 5.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.7. O intervalo mínimo de diferença entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).
- 5.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.9. O procedimento seguirá através do modo de disputa “ABERTO”, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
  - 5.9.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
  - 5.9.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
  - 5.9.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
  - 5.9.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
  - 5.9.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.10. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.12. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.13. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.



- 5.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.16. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 5.16.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.16.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.16.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.16.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.17. Só poderá haver empate entre propostas iguais, ou seja, não seguidas de lances;
- 5.17.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 5.17.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 5.17.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 5.17.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 5.17.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 5.17.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 5.17.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de Goiás;
- 5.17.2.2. empresas brasileiras;

- 5.17.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 5.17.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 5.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 5.18.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.
- 5.18.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 5.18.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.18.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 5.19. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no **prazo de 4 (quatro) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado, ou após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 5.19.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 5.20. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 6. DA FASE DE JULGAMENTO

- 6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 6.1.1. SICAF;
- 6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 6.2. Poderá haver a substituição das consultas das alíneas acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).
- 6.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

- 6.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)
- 6.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- 6.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 6.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com as disposições previstas neste edital e na legislação vigente.
- 6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos;
- 6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.7.1. contiver vícios insanáveis;
- 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.7.6. Havendo indício de inexecuibilidade, essa hipótese só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 6.7.6.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.7.6.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.8. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 6.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 6.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## 7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Para empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Para empresa estrangeira que não funcione no País, com fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.9. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

7.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

7.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

- 7.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 04 (quatro) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 7.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 7.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 7.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):
- 7.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 7.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 7.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.
- 7.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 7.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

## **8. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 8.1. Homologada a licitação, o licitante melhor classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, terá o prazo de 3 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração, conforme Artigo 10 do Decreto Municipal 52.132/2025.
- 8.2. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Diário Oficial do Município, prevalecendo o que ocorrer por último, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado por igual período, na forma de termo aditivo, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.
- 8.3. A convocação para assinar a ata de registro de preços obedecerá a ordem de classificação na licitação correspondente.
- 8.4. Serão registrados os preços e quantitativos ofertados pelo licitante vencedor.



8.5. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

8.6. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

8.7. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

8.8. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

8.9. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.

8.10. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

8.11. É vedada à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto deste edital em seu prazo de validade, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

## **9. DO MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO**

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal nº 48.980/2023 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

9.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização:

9.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

9.6. Em conformidade com o artigo 12 do Decreto Municipal nº 48.980/2023, cabe ao fiscal:

- 9.6.1. Prestar informações a respeito da execução dos serviços ou das entregas e apontar ao gestor do contrato eventuais irregularidades ensejadoras de penalidade ou glosa nos pagamentos devidos à contratada;
- 9.6.2. Manter o controle das ordens de serviço/compras emitidas e cumpridas, quando cabível;
- 9.6.3. Conhecer as obrigações contratuais que afetem diretamente a fiscalização do contrato;
- 9.6.4. Zelar, no âmbito de sua área técnica de atuação, pelo fiel cumprimento dos contratos sob sua fiscalização;
- 9.6.5. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato e respectivas cláusulas contratuais;
- 9.6.6. Atestar formalmente a execução do objeto do contrato, atestar as notas fiscais e as faturas correspondentes a sua prestação;
- 9.6.7. Informar ao gestor do contrato sobre eventuais vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos produtos ou serviços fornecidos pela contratada;
- 9.6.8. Propor soluções para regularização das faltas e problemas observados, sem prejuízo das penalidades aplicáveis;
- 9.6.9. Solicitar formalmente ao gestor esclarecimentos sobre as obrigações que afetem diretamente à fiscalização do contrato;
- 9.6.10. Utilizar, se for o caso, o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) para aferição da qualidade da prestação dos serviços;
- 9.6.11. Monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;
- 9.6.12. Apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto, ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada, e obter dele a ciência.
- 9.7. Em conformidade com o artigo 09 do decreto municipal nº 48.980/2023, cabe ao gestor:
- 9.7.1. Participar, sempre que possível, dos atos preparatórios e conclusivos que resultem em contratações que ficarão sob sua responsabilidade;
- 9.7.2. Manter registro atualizado das ocorrências relacionadas à execução do contrato;
- 9.7.3. Acompanhar e fazer cumprir o cronograma de execução e os prazos previstos no ajuste;
- 9.7.4. Acompanhar o prazo de vigência do contrato;
- 9.7.5. Formalizar o recebimento definitivo de obras, bens, materiais ou serviços, mediante termo circunstanciado;
- 9.7.6. Solicitar, com justificativa, a rescisão de contrato;
- 9.7.7. Emitir parecer sobre fato relacionado à gestão do contrato, quando solicitado;

- 9.7.8. Orientar a contratada sobre os procedimentos a serem adotados no decorrer da execução do contrato;
- 9.7.9. Solicitar à contratada, justificadamente, a substituição do preposto ou de empregado desta, seja por comportamento inadequado à função, seja por insuficiência de desempenho;
- 9.7.10. Determinar formalmente à contratada a regularização das falhas ou defeitos observados, assinalando prazo para correção, sob pena de sanção;
- 9.7.11. Relatar, por escrito, ao órgão competente, a inobservância de cláusulas contratuais ou quaisquer ocorrências que possam trazer atrasos, defeitos ou prejuízos à execução da avença, em especial as que ensejem a aplicação de penalidades;
- 9.7.12. Comunicar ao órgão competente qualquer dano ou desvio causado ao patrimônio da Administração ou de terceiros, de que tenha ciência, por ação ou omissão dos empregados da contratada ou de seus prepostos;
- 9.7.13. Solicitar ao órgão competente, com justificativa, quaisquer alterações, supressões ou acréscimos contratuais, observada a legislação pertinente;
- 9.7.14. Solicitar orientação de ordem técnica aos diversos órgãos da Administração, de acordo com suas competências;
- 9.7.15. Conferir o atesto do fiscal técnico e encaminhar para pagamento faturas ou notas fiscais com as devidas observações e glosas, se for o caso;
- 9.7.16. Solicitar ao órgão financeiro competente, com as devidas justificativas, emissão, reforço ou anulação, total ou parcial, de notas de empenho, bem como inclusão de valores na rubrica de Restos a Pagar;
- 9.7.17. Solicitar a prestação, complementação, renovação, substituição ou liberação da garantia exigida nos termos do art. 96 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- 9.7.18. Executar outras ações de gestão que se façam necessárias ao pleno acompanhamento, fiscalização e controle das atividades desempenhadas pela contratada, a fim de garantir o fiel cumprimento das obrigações pactuadas e a observância do princípio da eficiência;
- 9.7.19. Agendar e observar os prazos pactuados no contrato sob sua responsabilidade;
- 9.7.20. Comunicar-se com a Administração ou com terceiros sempre por escrito e com a antecedência necessária;
- 9.7.21. Notificar formalmente à contratada sobre toda e qualquer decisão da Administração que repercuta no contrato;
- 9.7.22. Fundamentar, por escrito, todas as suas decisões, com observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público e outros correlatos;
- 9.7.23. Juntar todos os documentos obrigatórios à gestão do contrato nos devidos processos;

**9.7.24. Instruir em processo apartado todos os documentos pertinentes à gestão do contrato que não se enquadram no inciso anterior;**

**9.7.25. Elaborar relatório periódico, no mínimo ao término de cada período de vigência, dos atos, fatos e avaliações da qualidade dos serviços, relativos à gestão dos contratos de execução parcelada ou diferida, ou de prestação continuada.**

**9.7.26. O gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.**

**9.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.**

**9.9. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.**

## **10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, observadas as seguintes condições:

I - o registro tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata de registro de preços, nas hipóteses previstas no § 5º nos incisos II, IV e V do art. 18, no inciso III do art. 19, e no art. 24, do Decreto Municipal 52.132/2025;

II - se houver mais de um licitante, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva;

III - a habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva, será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

IV - dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.3. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.4. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.5. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

- 10.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

- 10.7. A recusa do adjudicatário em assinar a ata de registro de preços, dentro do prazo estabelecido no edital, permitirá a convocação dos licitantes que aceitarem fornecer os bens, executar as obras ou serviços, inclusive de engenharia, com preços iguais aos do licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas em lei e no edital da licitação.

- 10.8. . A recusa injustificada em assinar a ata de registro de preços, ou cuja justificativa não seja aceita pelo órgão gerenciador, implicará na instauração de procedimento administrativo autônomo para, após garantidos o contraditório e a ampla defesa, eventual aplicação de sanções administrativas.

- 10.9. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata de registro de preços nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

## **11. DO REAJUSTE**

11.1. O reajuste dos valores contratados contrato/ata de registro observará o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado a partir da data do orçamento estimado, assim considerada a data de conclusão da apuração do valor estimado da contratação, nos termos do art. 76 do Decreto Municipal nº 49.980/2023.

a) Será utilizada, como regra geral, a variação do índice IPCA/IBGE para fins de correção dos valores contratados. Poderão ser definidos outros índices oficiais setoriais, de acordo com a natureza dos insumos envolvidos na prestação do serviço, conforme previsão do art. 25, § 7º, da Lei nº 14.133/2021.

b) A aplicação do reajuste será formalizada por meio de termo aditivo/apostilamento, mediante requerimento da contratada, acompanhado da justificativa técnica e comprovação da variação dos custos, em consonância com a legislação municipal vigente.

## **12. DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADO**

12.1. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a



execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no inciso IV do § 5º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

12.3. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de sanções administrativas.

12.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

12.5. A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

12.6. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação, que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata de registro de preços, e desde que atendidos os seguintes requisitos:

- I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;
- II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;
- III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

12.7. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

12.8. Se não houver prova efetiva da desatualização e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das sanções administrativas previstas em lei e no edital.

12.9. Na hipótese do cancelamento do registro de preços, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

12.10. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata de registro de preços, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

12.11. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço revisado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de sanções administrativas.

12.12. Liberado o fornecedor na forma do 13.11 o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço revisado.

12.13. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata de registro de preços primeiramente no valor ofertado por estes e, caso não haja êxito na negociação, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, nos termos do instrumento convocatório.

12.14. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

### **13. DO CANCELAMENTO DA ATA OU DO PREÇO REGISTRADO**

13.1. Conforme artigos 18 a 20 do Decreto Municipal 52.132/2025, o registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

I - for liberado;

II - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

III - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

IV - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

V - sofrer sanção prevista nos incisos III e IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021; ou

VI - não aceitar o preço revisado pela Administração.

13.2. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

I - pelo cancelamento de todos os preços registrados;

II - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; ou

III - por razões de interesse público, devidamente justificadas.

13.3. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.4. O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

### **14. DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

14.1. Conforme artigo 21 do Decreto Municipal 52.132/2025, as quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

14.2. O remanejamento somente será feito:

I - de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

II - de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

- 14.3. Se o órgão gerenciador tiver estimado as quantidades que pretende contratar, este será considerado participante para fins do remanejamento de que trata o caput deste artigo.
- 14.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou de entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos nos §§ 2º e 3º do art. 27 do Decreto Municipal 52.132/2025.
- 14.5. Competirá ao órgão gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 14.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades do Município de Anápolis e órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens

## **15. DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 15.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos (art. 27, do Decreto Municipal nº 52.132/2025):
- 15.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
  - 15.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021, observados os dispositivos constantes no Anexo V - Pesquisa de Preços do Decreto Municipal nº 48.980/2023 ou norma que venha a substituí-lo;
  - 15.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
  - 15.1.4. possibilidade de adesão prevista no edital.
- 15.2. É dispensável a realização prévia de pesquisa de mercado para adesão a atas de registro de preços do Município de Anápolis por órgão ou entidade da Administração Pública direta, indireta, autárquica e fundacional do Município de Anápolis, na qualidade de não participante, salvo quando se tratar do disposto no § 4º do art. 10 do Decreto Municipal nº 52.132/2025.
- 15.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
- 15.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- 15.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 15.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

- 15.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do Decreto Municipal nº 52.132/2025.

#### **Dos limites para as adesões**

- 15.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes. § 2º do art. 27 do Decreto Municipal nº 52.132/2025.
- 15.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços, § 3º do art. 27 do Decreto Municipal nº 52.132/2025.
- 15.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **Vedação a acréscimo de quantitativos**

- 15.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, nos termos do § 8º do art. 11 do Decreto Municipal nº 52.132/2025.
- 15.11. É vedada a existência simultânea de mais de um registro de preços para o mesmo objeto no mesmo local, condições mercadológicas e de logística, nos termos do § 9º do art. 11 do Decreto Municipal nº 52.132/2025..

### **16. DOS RECURSOS**

- 16.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 16.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 16.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 16.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
  - 16.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
  - 16.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 16.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 16.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 16.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

16.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

16.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

## 17. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

17.1. No caso de descumprimento total ou parcial das condições deste Edital e seus anexos, a Prefeitura Municipal de Anápolis, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da lei, aplicará à contratada, conforme o caso, as penalidades previstas nos artigos 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as disposições contidas no Anexo VII do **Decreto Municipal nº 48.980, de 27 de abril de 2023**.

17.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, gradativamente, as seguintes sanções:

13.2.1. advertência;

13.2.2. multa;

13.2.3. impedimento de licitar e contratar;

13.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

17.3. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

13.3.1. descumprimento, de pequena relevância de obrigação legal ou infração a lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave; ou

13.3.2. inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

17.4. Considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato e não causem prejuízos à administração.

17.5. A sanção de multa será calculada na forma prevista no edital, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado, observado o seguinte:

13.5.1. a aplicação de multa moratória será precedida de oportunidade para o exercício do contraditório e da ampla defesa; e

13.5.2. a aplicação de multa moratória não impedirá que a administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato cumulada de outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

17.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.



17.7. A multa poderá, na forma do edital, contrato ou de outro instrumento obrigacional, ser descontada de pagamento eventualmente devido pela contratante decorrente de outros contratos firmados com a administração pública municipal.

17.8. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista em edital, em contrato ou em outro instrumento obrigacional.

17.9. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções aqui previstas.

17.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, àquele que:

17.10.1. der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no inciso I do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ou que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

17.10.2. der causa à inexecução total do contrato;

17.10.3. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

17.10.4. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

17.10.5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ou

17.10.6. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

17.11. Considera-se inexecução total do contrato:

17.11.1. recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada; e

17.11.2. recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração, o que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida.

17.12. Evidenciada a inexecução total, a inexecução parcial ou o retardamento do cumprimento do encargo contratual:

17.12.1. será intimado o adjudicatário ou contratado para apresentar a justificativa, no prazo de 2 (dois) dias úteis, para o descumprimento do contrato;

17.12.2. a justificativa apresentada pelo licitante ou adjudicatário será analisada pelo agente de contratação, pregoeiro ou comissão de licitação, e a apresentada pela contratada será analisada pelo fiscal do contrato que, fundamentadamente, apresentará manifestação e submeterá à decisão da autoridade competente;

17.12.3. rejeitadas as justificativas, o agente público competente submeterá à autoridade máxima do órgão ou entidade para que decida sobre a instauração do processo para a apuração de responsabilidade; e

17.12.4. preliminarmente à instauração do processo de que trata o inciso III do § 2º poderá ser concedido prazo máximo de 10 (dez) dias úteis para a adequação da execução contratual ou entrega do objeto.

17.13. A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta e indireta do Município de Anápolis, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

- 17.14. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:
- 17.14.1. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
  - 17.14.2. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - 17.14.3. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer espécie ou natureza;
  - 17.14.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
  - 17.14.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 17.15. A autoridade máxima, quando do julgamento, se concluir pela existência de infração criminal ou de ato de improbidade administrativa, dará conhecimento ao Ministério Público e, quando couber, à Controladoria-Geral e Auditoria do Município, para atuação no âmbito das respectivas competências.
- 17.16. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar, aplicada por qualquer ente da federação, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta e indireta do Município de Anápolis, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 17.17. O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual, sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou, se iguais, somente a uma delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.
- 17.18. Não se aplica a regra acima prevista se já houver ocorrido o julgamento ou, pelo estágio processual, revelar-se inconveniente a avaliação conjunta dos fatos.
- 17.19. As incidências aqui dispostas não afastam a possibilidade de aplicação da sanção de multa cumulativamente à sanção mais grave.
- 17.20. A cominação das penalidades de multa incidirá conforme as gravidades dos fatos e circunstâncias verificadas, e nos seguintes índices:
- 17.20.1. Multa moratória de 1% (um por cento) ao dia, por dia útil que exceder o prazo de fornecimento do objeto, sobre o valor do saldo não atendido, respeitados os limites da lei civil.
  - 17.20.2. Multa administrativa que corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas.
  - 17.20.3. Multa de 10% (dez por cento) por inexecução total do ajuste a qual incidirá sobre o valor do contrato.
- 17.21. A autoridade máxima, quando do julgamento, se concluir pela existência de infração criminal ou de ato de improbidade administrativa, dará conhecimento ao Ministério Público e, quando couber, à Controladoria-Geral e Auditoria do Município, para atuação no âmbito das respectivas competências.
- 17.22. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar, aplicada por qualquer ente da federação, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta e indireta do Município de Anápolis, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 17.23. O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual, sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou, se iguais, somente a uma delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.
- 17.24. Não se aplica a regra acima prevista se já houver ocorrido o julgamento ou, pelo estágio processual, revelar-se inconveniente a avaliação conjunta dos fatos.

17.25. As incidências aqui dispostas não afastam a possibilidade de aplicação da sanção de multa cumulativamente à sanção mais grave.

17.26. A cominação das penalidades de multa incidirá conforme as gravidades dos fatos e circunstâncias verificadas, e nos seguintes índices:

17.26.1. Multa moratória de 1% (um por cento) ao dia, por dia útil que exceder o prazo de fornecimento do objeto, sobre o valor do saldo não atendido, respeitados os limites da lei civil.

17.26.2. Multa administrativa que corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas.

17.26.3. Multa de 10% (dez por cento) por inexecução total do ajuste a qual incidirá sobre o valor do contrato.

17.27. Poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra.

17.28. Não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas.

17.29. Deverá ser graduada conforme a gravidade da infração.

17.30. Nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

17.31. As multas moratórias e administrativas poderão ser aplicadas cumulativamente ou individualmente, não impedindo que a Prefeitura Municipal de Anápolis, rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as demais sanções legais cabíveis.

17.32. A aplicação de multas não elidirá, em face do descumprimento do pactuado, o direito da Prefeitura Municipal de Anápolis, de rescindir de pleno direito o contrato, independente de ação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

## **18. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

18.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

18.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

18.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail: [licitacao@anapolis.go.gov.br](mailto:licitacao@anapolis.go.gov.br).

18.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

18.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

18.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

19.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

19.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

19.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

19.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

19.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://acessoainformacao.anapolis.go.gov.br/>.

19.11. . Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Catálogo de Materiais (CATMAT/CATSER) e as especificações constantes no Edital, prevalecerão as especificações do ANEXO I, Termo de Referência, do Edital.

19.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

19.12.1 Anexo I - Termo de Referência;

19.12.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

19.12.2 Anexo II – Minuta de Ata de Registro de Preços;

Anápolis, 24 de fevereiro de 2026.

**Arthur Filipe de Oliveira Silva**  
Gerente de Elaboração de Editais e  
Análise de Instrução Processual

**Denise Gabriela Dias Gomes**  
Agente de Contratação

**Giselle Alves Cecilio**  
Diretora de Compras e Licitações

**Paulo Roberto Silva**  
Secretário de Administração, Gestão  
de Pessoas e Inovação

**TERMO DE REFERÊNCIA****1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Registro de preços para futura e eventual aquisição de MATERIAIS PARA LAVAGEM DE VEÍCULOS DO SAMU (SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA) para atender as demandas da Prefeitura Municipal de Anápolis nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	QTD	UNID	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	617028	<b>Shampoo concentrado automotivo:</b> Shampoo tipo concentrado, com cera, princípio ativo: linear alquil benzenosulfonado e hidróxido de sódio. Apresentação: galão com 20L. Composição mínima: solução de sais alcalinos, tensoativos aniônicos, agente espessante, conservantes, cera de carnaúba. Preparo: diluição de 1L de produto em 40L de água. O produto deverá vir em embalagem original e lacrada. Validade mínima do produto: 18 meses a partir da data de entrega.	146	Und	R\$ 133,00	R\$ 19.418,00



2	342233	<p><b>Renovador de pneus e borrachas:</b></p> <p>Tipo líquido, de cor azulada, PH 8,0+/-0,5, peso 1.3G/CM, Material ativo 20%; Apresentação: Galão de 5L Composição: Solução glicerina com aditivos protetores para borracha, pneus (não deixa objetos grudentos e não mancha rodas e calotas); deve possuir registro e laudo analítico do fabricante. O produto deverá vir em embalagem original e lacrada. Validade mínima do produto: 18 meses a partir da data da entrega. O produto deve ser regularizado junto à ANVISA</p>	71	Unid.	R\$ 87,90	R\$ 6.240,90
3	621603	<p><b>Esfregão hidroangular automotivo</b> com cabo de alta qualidade com cerdas PET plumadas e com espuma para retenção do shampoo, utilizada em ambulâncias, caminhões, ônibus e automóveis, deve possuir furação interna para passagem de água entre as cerdas, o cabo deverá ser revestido em material impermeável. Dimensões aproximadas do esfregão: 30x9x6cm. Dimensões aproximadas do cabo: 28mmx1,5m.</p>	126	Unid.	R\$ 65,60	R\$ 8.265,60

4	279944	<b>Detergente ácido desincrustante altamente concentrado:</b> Desenvolvido para limpeza eficaz em todas as superfícies com incrustações de graxas, gorduras ou resíduos de óleo. Apresentação: Galão 20 litros Preparo: diluição de 1L de produto em 40L de água. O produto deverá vir em embalagem original e lacrada. Validade mínima do produto: 18 meses a partir da data de entrega. O produto deverá ser regularizado junto à ANVISA.	153	Unid.	R\$ 208,08	R\$ 31.836,24
Total	R\$ 65.760,74 (sessenta e cinco mil setecentos e sessenta reais e setenta e quatro centavos)					

1.2. A natureza do objeto a ser contratado é de natureza comum, e as especificações dos materiais estão definidas, de forma clara, concisa e objetiva e que as unidades de medida atendem ao princípio da padronização usual existente no mercado.

1.3. Homologada a licitação, o licitante melhor classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidas no edital

1.4. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Diário Oficial do Município, prevalecendo o que ocorrer por último, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado por igual período, na forma de termo aditivo, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos (§1º do artigo 11 do Decreto 52.132/2025).

1.5. A convocação para assinar a ata de registro de preços obedecerá a ordem de classificação na licitação correspondente.

1.6. Serão registrados os preços e quantitativos ofertados pelo licitante vencedor.

1.7. Será incluído, na respectiva ata de registro de preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, observadas as seguintes condições:

1.8. o registro a que se refere o item 1.7 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata de registro de preços, nas hipóteses previstas no item 1.11, conforme incisos II, IV e V do art. 18, no inciso III do art. 19, e no art. 24 do Decreto Municipal 52.132/2025;

1.9. se houver mais de um licitante na situação de que trata o item 1.7, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva; e

1.10. a habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

1.11. A recusa do adjudicatário em assinar a ata de registro de preços, dentro do prazo estabelecido no edital, permitirá a convocação dos licitantes que aceitarem fornecer os bens, executar as obras ou serviços, inclusive de engenharia, com preços iguais aos do licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas em lei e no edital da licitação.

1.12. A recusa injustificada em assinar a ata de registro de preços, ou cuja justificativa não seja aceita pelo órgão gerenciador, implicará na instauração de procedimento administrativo autônomo para, após garantidos o contraditório e a ampla defesa, eventual aplicação de sanções administrativas.

1.13. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata de registro de preços nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

1.14. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

1.15. É vedada a existência simultânea de mais de um registro de preços para o mesmo objeto no mesmo local, condições mercadológicas e de logística.

1.16. O preço registrado e a indicação dos fornecedores serão disponibilizados pelo órgão gerenciador no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

1.17. A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata de registro de preços e em seu anexo deverá ser respeitada nas contratações.

1.18. A modalidade da contratação será Pregão, sob a forma eletrônica, conforme os termos do art. 28, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

"O pregão será utilizado para a aquisição de bens e serviços comuns, inclusive os comuns de engenharia, e será preferencialmente realizado sob a forma eletrônica."

1.19. A forma eletrônica é justificada pela ampla competitividade e redução de custos operacionais.

1.20. A licitação será exclusiva para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar Nº 123/2006);

1.21. O critério de julgamento e adjudicação será Menor Preço por item. O critério adotado será o de menor preço por item, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, e inciso V do artigo 82 da Lei 14.133/2021, tendo em vista que:

a) A adoção do critério por item amplia a competitividade, permitindo que empresas especializadas em determinados instrumentos possam participar da disputa de forma isolada, sem a obrigatoriedade de fornecer o conjunto total de itens;

b) Garante-se, assim, a seleção da proposta mais vantajosa para cada item, assegurando economicidade e atendimento à especificidade da demanda.

1.22. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.23. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.24. O SRP será adotado, preferencialmente:

1.25. quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

1.26. quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

1.27. quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

1.28. quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

1.29. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obriga a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.

## 2.0 Da estimativas das quantidades

2.1 As quantidades estimadas para os itens constantes deste Termo de Referência foram definidas com base no consumo histórico dos materiais utilizados na higienização da frota do SAMU, 3º CBM-GO, SEMED e considerando a quantidade de veículos em operação, a frequência média de lavagem e a projeção de demanda para o período de vigência da Ata de Registro de Preços.

2.2 Os quantitativos indicados representam o consumo máximo estimado, não configurando obrigação de contratação integral pela Administração.

## 3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A aquisição visa atender a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação e Corpo de Bombeiros Militar.

3.2. Justificativas:

### 3.3. SAMU

3.3.1. Os veículos utilizados pelo SAMU desempenham um papel crucial no atendimento de emergências médicas. Para garantir um ambiente seguro e higiênico para os profissionais de saúde e pacientes, é essencial manter esses veículos limpos e bem cuidados.

3.3.2. A limpeza regular dos veículos do SAMU é fundamental para prevenir a contaminação cruzada e a propagação de doenças infecciosas. A remoção de sujeira, resíduos e agentes patogênicos das superfícies dos veículos ajuda a reduzir o risco de infecções nos pacientes e nos profissionais de saúde.

3.3.4. Os profissionais que atuam no SAMU passam longos períodos dentro dos veículos durante seus plantões. Portanto, é importante garantir que esses ambientes de trabalho estejam limpos, organizados e confortáveis para proporcionar condições adequadas de trabalho e bem-estar para a equipe.

3.3.5. A lavagem regular dos veículos contribui para a preservação da frota do SAMU, prolongando a vida útil dos veículos e reduzindo os custos de manutenção. A remoção de sujeira e resíduos evita danos à pintura, corrosão e deterioração das peças mecânicas.

3.3.6. A manutenção da limpeza dos veículos do SAMU está em conformidade com as normas e regulamentos de saúde, segurança e higiene no ambiente de trabalho, além de atender às diretrizes de qualidade do serviço prestado.

3.3.7. Portanto, a aquisição de materiais para lavagem de veículos do SAMU é uma medida essencial para garantir a eficácia operacional, a segurança dos profissionais e pacientes, e a preservação da frota de veículos utilizados no atendimento de emergências médicas.

### 3.4. SEMED

2.4.1. Os veículos utilizados pelo transporte escolar desempenham um papel crucial no atendimento das

crianças residentes principalmente na zona rural. Para garantir um ambiente seguro e higiênico para os alunos é essencial manter esses veículos limpos e bem cuidados. A limpeza regular dos ônibus é fundamental para garantir o bem-estar das crianças, pois as mesmas passam longo período dentro dos veículos. Portanto é importante garantir um ambiente, limpo, organizado e confortável. Sendo assim, a aquisição de materiais para lavagem dos ônibus é uma medida essencial para garantir a eficácia operacional, a segurança dos usuários e a preservação da frota dos veículos utilizados no atendimento dessa demanda.

### **3.5. 3ª BBM**

Justifica-se com fulcro no art. 16, Inciso II da Instrução Normativa nº 15/2012 do TCM/GO, a necessidade efetiva da aquisição, quantidade, bem como a destinação dos materiais. Visando atender as demandas administrativas e operacionais do Corpo de Bombeiros Militar / FUMREBOM, sendo de fundamental importância para que o apoio logístico e administrativo seja efetivo e continuado. Esta participação permitirá, além de redução de custos, uma projeção de contratação para o período de 12 (doze) meses, podendo ultrapassar o exercício financeiro corrente, sem comprometimento em sua totalidade. Tendo em vista que o 3º Batalhão Bombeiro Militar possui uma frota de veículos (viaturas) considerável, faz-se necessária, para o bom desempenho dos trabalhos da Corporação, essenciais e de interesse público, a aquisição dos produtos acima citados, para a manutenção e conservação de veículos leves e pesados. Os serviços de limpeza e higienização de veículos contribui para a redução de custos relacionados à manutenção, pois aumenta a preservação desses bens, retardando o desgaste de acessórios, borrachas, vidros e retrovisores, carroceria e pintura, bem como proporciona salubridade e bem estar aos militares e à sociedade que necessita de atendimento por parte da Corporação. É válido ressaltar que a conservação periódica adequada contribui para preservar o valor do veículo, sendo que a melhor proteção do veículo contra influências ambientais nocivas é a lavagem frequente. Quanto mais tempo os resíduos de insetos, excrementos de aves, resinas de arvores, poeiras das estradas e industriais, manchas de asfalto, partículas de fuligem e outros sedimentos agressivos permanecerem aderidos à superfície do veículo, mais persistente será o seu efeito destruidor. Por exemplo, em temperaturas elevadas devido à exposição ao sol, o efeito corrosivo aumenta. A participação em Registro de Preços visa à desburocratização e o uso do poder de compra, possibilitando a obtenção de menores preços nas contratações do Corpo de Bombeiros Militar / FUMREBOM e da Administração Pública.

#### **2.5. Fundamentação Legal:**

- Lei Federal Nº 14.133/2021
- Lei Complementar Nº 123/2006
- Decreto Municipal nº 48.980/2023
- Decreto Municipal nº 52.132/2025

## **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

4.1. A solução para a aquisição de produtos para limpeza via registro de preços pode ser descrita da seguinte maneira:

4.1.1. Inicialmente será realizado um levantamento detalhado das necessidades de limpeza. Isso inclui identificar os tipos e quantidades de produtos de limpeza necessários, bem como suas especificações técnicas.

4.1.2. Elaboração do Termo de Referência será confeccionado com base no levantamento das necessidades que descreve os produtos a serem adquiridos, suas especificações técnicas, quantidades estimadas, prazos de entrega e demais condições necessárias para a realização da compra.

4.1.3. Publicação do Edital de Registro de Preços. O edital de registro de preços será publicado de acordo com as diretrizes estabelecidas na Lei 14.133/2021. O edital deve conter todas as informações necessárias para que os fornecedores interessados possam participar do processo, incluindo os critérios de seleção, prazos e documentos exigidos.



4.1.4. Recebimento e Análise das Propostas: Os fornecedores interessados apresentarão suas propostas de preços, que serão recebidas e analisadas pela equipe responsável pelo processo de registro de preços. Serão avaliados não apenas os preços oferecidos, mas também a qualidade dos produtos, a capacidade técnica dos fornecedores e outros critérios definidos no edital.

4.1.5. Homologação e Publicação da Ata de Registro de Preços: Após a análise das propostas, as empresas fornecedoras que atenderem aos requisitos estabelecidos no edital têm suas propostas homologadas e é publicada a ata de registro de preços;

4.1.6. Com a ata de registro de preços em vigor, poderá adquirir os produtos de limpeza necessários conforme a demanda surgir. Os pedidos de compra são feitos diretamente aos fornecedores registrados na ata, utilizando os preços e condições previamente negociados.

4.1.7. Acompanhamento e Controle: Durante a vigência da ata de registro de preços, será realizado o acompanhamento e o controle das compras realizadas, garantindo que os produtos sejam entregues conforme o contratado e que os preços praticados estejam de acordo com os estabelecidos na ata.

4.1.8. Renovação ou Encerramento da Ata: Ao término do prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá optar por renová-la, mediante processo de prorrogação, ou encerrá-la, conforme previsto na legislação aplicável.

4.1.9. Essa solução proporciona uma forma eficiente e transparente de adquirir os produtos de limpeza necessários para manter suas viaturas em condições adequadas de higiene e segurança, em conformidade com as disposições da Lei 14.133/2021.

4.1.10. Conclui-se que a melhor forma para solucionar o problema é a compra por meio de contrato de fornecimentos desses produtos por meio de um Registro de Preços, sendo a melhor forma de contratação por menor valor unitário.

## 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade

5.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, deverão ser atendidos os seguintes requisitos, com base no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

5.1.1. Os objetos deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, utilizando materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

5.1.2. Os objetos não deverão conter substâncias perigosas em concentração superior à recomendada na Diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr VI), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs) e éteres difenil-polibromados (PBDEs);

5.1.3. Os bens ofertados deverão, sempre que tecnicamente viável, adotar critérios de sustentabilidade ambiental, priorizando produtos fabricados com materiais recicláveis, com maior durabilidade, menor impacto ambiental e em conformidade com as normas ambientais aplicáveis.

---

### Indicação de marcas ou modelos

5.2. Não serão indicadas marcas ou modelos para esta contratação.

---

### Subcontratação

5.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.3.1. A vedação à subcontratação justifica-se em razão da natureza do objeto, que exige atuação direta da empresa contratada, permitindo maior controle da Administração sobre a execução contratual, evitando a pulverização de responsabilidades e assegurando a conformidade com os parâmetros estabelecidos neste Termo de Referência.

## **Garantia da contratação**

5.4. Não será exigida garantia da contratação, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. O prazo de garantia dos produtos será aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

---

## **Participação de consórcios**

5.6. A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 15, prevê a possibilidade de participação de consórcios nas licitações.

5.6.1. No presente caso, fica vedada a participação de consórcios, tendo em vista a necessidade de garantir maior celeridade e simplicidade na gestão contratual, bem como facilitar o acompanhamento, a fiscalização e a execução do contrato.

---

## **Padrões de qualidade**

5.7. Os produtos deverão atender aos seguintes padrões mínimos de qualidade:

5.7.1. possuir garantia contra defeitos de fabricação;

5.7.2. declarar marca, fabricante e procedência do produto ofertado;

5.7.3. especificar, na proposta, os dados técnicos do produto ofertado;

5.7.4. fornecer produto de primeira qualidade (1ª linha do fabricante);

5.7.5. em caso de suspeita de desvio de qualidade ou irregularidade, o fornecedor deverá arcar com os custos de análise em laboratórios acreditados pelo IPT, INMETRO ou pela Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde (REBLAS), em nome do fabricante ou do detentor do registro do produto na ANVISA;

5.7.6. os laudos emitidos serão suficientes para exigir a substituição do produto quando o resultado for desfavorável, sendo que todo produto considerado impróprio ao uso será encaminhado à Vigilância Sanitária para inutilização, nos termos legais;

5.7.7. deverão ser mantidas, durante toda a vigência da contratação, as mesmas especificações e capacidades do produto apresentado na proposta vencedora.

---

## **Vigência da Ata de Registro de Preços**

5.8. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, nos termos da legislação vigente.

5.9. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços ocorrerão de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração.

---

## **6. DA PROPOSTA**

6.1. Ao apresentar sua proposta, o licitante deverá observar integralmente as especificações técnicas, condições e exigências contidas neste Termo de Referência.

6.2. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do licitante, de todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no edital.

6.3. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da data de sua apresentação.

6.4. Na descrição detalhada do objeto ofertado, o licitante deverá indicar, obrigatoriamente:

- a) prazo de entrega, observado o limite máximo estabelecido neste Termo de Referência;
- b) prazo de validade dos produtos, respeitado o parâmetro mínimo definido neste Termo de Referência;
- c) prazo de validade da proposta;
- d) origem do produto (nacional ou estrangeira);
- e) marca do produto, sendo vedada a indicação de mais de uma marca para o mesmo item.

6.5. Para fins de julgamento e classificação, não serão aceitos preços distintos para o mesmo item, considerando a inexistência de circunstâncias que justifiquem diferenciação, tais como local de entrega, fatores temporais ou logísticos, nos termos do art. 82, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

## 7. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### 7.1. Condições de Entrega

7.1.1. As entregas ocorrerão de forma parcelada, conforme a necessidade da unidade solicitante, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento.

7.1.2. O prazo máximo para entrega dos produtos será de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Ordem de Compra ou instrumento equivalente.

7.1.3. Os itens deverão ser entregues conforme condições, locais e horários a serem definidos pela Administração no ato da solicitação.

7.2. Os itens deverão ser entregues:

#### **SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência,**

Avenida JK, quadra 38, Lote 10 e 15 – Bairro JK Nova Capital

Telefone para Contato: 3902-6300.

#### **Corpo de Bombeiros Militar – 3º BBM**

Praça Presidente Vargas S/N – Jd America – CEP -75115-685 – Anápolis - GO Telefone para Contato: (62) 3328-2432

#### **Secretaria Municipal de Educação**

Gerência de Merenda e Transporte Escolar.

Rua Ferroviário Bráulio dos Reis 310 esq. c/ rua 10 Jundiaí Industrial.

Telefone para Contato: 3902-1023

7.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 03 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

7.4. Por ocasião da entrega na unidade requisitante os produtos devem apresentar validade equivalente a pelo menos 2/3 (dois terços) do prazo de validade total. Na hipótese de absoluta impossibilidade de cumprimento desta condição, devidamente justificada e previamente avaliada pela instância gestora das Atas de Registro de Preços, a Secretaria poderá, excepcionalmente, admitir a entrega, obrigando-se o fornecedor, quando acionado, a proceder a imediata substituição, à vista da inviabilidade de utilização dos medicamentos no período de validade.

## 8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal nº 48.980/2023 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

## FISCALIZAÇÃO

8.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

8.6.1. Em conformidade com o artigo 12 do Decreto Municipal nº 48.980/2023, cabe ao fiscal:

8.6.2. Prestar informações a respeito da execução dos serviços ou das entregas e apontar ao gestor do contrato eventuais irregularidades ensejadoras de penalidade ou glosa nos pagamentos devidos à contratada;

8.6.3. Manter o controle das ordens de serviço/compras emitidas e cumpridas, quando cabível;

8.6.4. Conhecer as obrigações contratuais que afetem diretamente a fiscalização do contrato;

8.6.5. Zelar, no âmbito de sua área técnica de atuação, pelo fiel cumprimento dos contratos sob sua fiscalização;

8.6.6. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato e respectivas cláusulas contratuais;

8.6.7. Atestar formalmente a execução do objeto do contrato, atestar as notas fiscais e as faturas correspondentes a sua prestação;

8.6.8. Informar ao gestor do contrato sobre eventuais vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos produtos ou serviços fornecidos pela contratada;

8.6.9. Propor soluções para regularização das faltas e problemas observados, sem prejuízo das penalidades aplicáveis;

8.6.10. Solicitar formalmente ao gestor esclarecimentos sobre as obrigações que afetem diretamente à fiscalização do contrato;

8.6.11. Utilizar, se for o caso, o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) para aferição da qualidade da prestação dos serviços;

8.6.12. Monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

8.6.13. Apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto, ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada, e obter dele a ciência.

**EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 9 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 48.980/2023, CABE AO GESTOR:**

8.7. São competências do gestor do contrato:

- 8.7.1. Participar, sempre que possível, dos atos preparatórios e conclusivos que resultem em contratações que ficarão sob sua responsabilidade;
- 8.7.2. Manter registro atualizado das ocorrências relacionadas à execução do contrato;
- 8.7.3. Acompanhar e fazer cumprir o cronograma de execução e os prazos previstos no ajuste;
- 8.7.4. Acompanhar o prazo de vigência do contrato;
- 8.7.5. Formalizar o recebimento definitivo de obras, bens, materiais ou serviços, mediante termo circunstanciado;
- 8.7.6. Solicitar, com justificativa, a rescisão de contrato;
- 8.7.7. Emitir parecer sobre fato relacionado à gestão do contrato, quando solicitado;
- 8.7.8. Orientar a contratada sobre os procedimentos a serem adotados no decorrer da execução do contrato;
- 8.7.9. Solicitar à contratada, justificadamente, a substituição do preposto ou de empregado desta, seja por comportamento inadequado à função, seja por insuficiência de desempenho;
- 8.7.10. Determinar formalmente à contratada a regularização das falhas ou defeitos observados, assinalando prazo para correção, sob pena de sanção;
- 8.7.11. Relatar, por escrito, ao órgão competente, a inobservância de cláusulas contratuais ou quaisquer ocorrências que possam trazer atrasos, defeitos ou prejuízos à execução da avença, em especial as que ensejem a aplicação de penalidades;
- 8.7.12. Comunicar ao órgão competente qualquer dano ou desvio causado ao patrimônio da Administração ou de terceiros, de que tenha ciência, por ação ou omissão dos empregados da contratada ou de seus prepostos;
- 8.7.13. Solicitar ao órgão competente, com justificativa, quaisquer alterações, supressões ou acréscimos contratuais, observada a legislação pertinente;
- 8.7.14. Solicitar orientação de ordem técnica aos diversos órgãos da Administração, de acordo com suas competências;
- 8.7.15. Conferir o atesto do fiscal técnico e encaminhar para pagamento faturas ou notas fiscais com as devidas observações e glosas, se for o caso;
- 8.7.16. Solicitar ao órgão financeiro competente, com as devidas justificativas, emissão, reforço ou anulação, total ou parcial, de notas de empenho, bem como inclusão de valores na rubrica de Restos a Pagar;
- 8.7.17. Solicitar a prestação, complementação, renovação, substituição ou liberação da garantia exigida nos termos do art. 96 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- 8.7.18. Executar outras ações de gestão que se façam necessárias ao pleno acompanhamento, fiscalização e controle das atividades desempenhadas pela contratada, a fim de garantir o fiel cumprimento das obrigações pactuadas e a observância do princípio da eficiência;
- 8.7.19. Agendar e observar os prazos pactuados no contrato sob sua responsabilidade;
- 8.7.20. Comunicar-se com a Administração ou com terceiros sempre por escrito e com a antecedência necessária;
- 8.7.21. Notificar formalmente à contratada sobre toda e qualquer decisão da Administração que repercuta no contrato;
- 8.7.22. Fundamentar, por escrito, todas as suas decisões, com observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público e outros correlatos;
- 8.7.23. Juntar todos os documentos obrigatórios à gestão do contrato nos devidos processos;
- 8.7.24. Instruir em processo apartado todos os documentos pertinentes à gestão do contrato que não se enquadram no inciso anterior;



8.7.25. Elaborar relatório periódico, no mínimo ao término de cada período de vigência, dos atos, fatos e avaliações da qualidade dos serviços, relativos à gestão dos contratos de execução parcelada ou diferida, ou de prestação continuada.

8.7.26. O gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

8.7.27. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.7.28 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

## 9. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. No caso de descumprimento total ou parcial das condições deste Edital e seus anexos, a Prefeitura Municipal de Anápolis, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da lei, aplicará à contratada, conforme o caso, as penalidades previstas nos arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as disposições contidas no Anexo VII do Decreto Municipal nº 48.980, de 27 de abril de 2023.

9.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, gradativamente, as seguintes sanções:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar;

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.3. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

9.3.1. descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à lei, quando não se justificar a aplicação de sanção mais grave; ou

9.3.2. inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar a aplicação de sanção mais grave.

9.4. Considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactem objetivamente na execução do contrato e não causem prejuízos à Administração.

9.5. A sanção de multa será calculada na forma prevista no edital, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado, observado o seguinte:

9.5.1. a aplicação de multa moratória será precedida de oportunidade para o exercício do contraditório e da ampla defesa; e

9.5.2. a aplicação de multa moratória não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato, cumulada com outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

9.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente.

9.7. A multa poderá, na forma do edital, contrato ou de outro instrumento obrigacional, ser descontada de pagamento eventualmente devido pela contratante, inclusive decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública Municipal.

9.8. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista em edital, contrato ou outro instrumento obrigacional.

9.9. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste item.

9.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, àquele que:

9.10.1. der causa à inexecução parcial do contrato que supere a gravidade daquela prevista no inciso I do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ou que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.10.2. der causa à inexecução total do contrato;

9.10.3. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

9.10.4. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

9.10.5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ou

9.10.6. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação, sem motivo justificado.

9.11. Considera-se inexecução total do contrato:

9.11.1. recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada; e

9.11.2. recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata de registro de preços, o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

9.12. Evidenciada a inexecução total, a inexecução parcial ou o retardamento do cumprimento do encargo contratual:

9.12.1. será intimado o adjudicatário ou contratado para apresentar justificativa, no prazo de 2 (dois) dias úteis;

9.12.2. a justificativa apresentada pelo licitante ou adjudicatário será analisada pelo agente de contratação, pregoeiro ou comissão de licitação, e a apresentada pela contratada será analisada pelo fiscal do contrato, que emitirá manifestação fundamentada e submeterá à decisão da autoridade competente;

9.12.3. rejeitadas as justificativas, o agente público competente submeterá o feito à autoridade máxima do órgão ou entidade para decidir sobre a instauração do processo de apuração de responsabilidade; e

9.12.4. preliminarmente à instauração do processo, poderá ser concedido prazo máximo de 10 (dez) dias úteis para adequação da execução contratual ou entrega do objeto.

9.13. A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Anápolis, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.14. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:

9.14.1. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

9.14.2. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

9.14.3. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer espécie ou natureza;

9.14.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

9.14.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.15. A autoridade máxima, ao concluir pela existência de infração criminal ou de ato de improbidade administrativa, dará conhecimento ao Ministério Público e, quando couber, à Controladoria-Geral e Auditoria do Município.

9.16. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, aplicada por qualquer ente da Federação, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Anápolis, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

9.17. O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas ou, se iguais, apenas a uma, consideradas as demais como circunstância agravante.

9.18. A regra prevista no item anterior não se aplica se já houver ocorrido o julgamento ou se, pelo estágio processual, revelar-se inconveniente a avaliação conjunta dos fatos.

9.19. As disposições aqui previstas não afastam a possibilidade de aplicação da sanção de multa cumulativamente à sanção mais grave.

9.20. A cominação das penalidades de multa observará a gravidade dos fatos e circunstâncias verificadas, conforme os seguintes índices:

9.21. Multa moratória de 1% (um por cento) ao dia útil de atraso, incidente sobre o valor do saldo não atendido, respeitados os limites legais.

9.22. Multa administrativa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, aplicada conforme a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas.

9.23. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de inexecução total do ajuste.

9.24. As multas poderão ser aplicadas cumulativamente a outras sanções.

9.25. As multas não possuem caráter compensatório e seu pagamento não exime o infrator da responsabilidade por perdas e danos.

9.26. As penalidades deverão ser graduadas conforme a gravidade da infração.

9.27. Em caso de reincidência específica, a multa corresponderá ao dobro da anteriormente aplicada, observado o limite máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

9.28. As multas moratórias e administrativas poderão ser aplicadas cumulativamente ou isoladamente, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação das demais sanções legais cabíveis.

9.29. A aplicação das multas não afasta o direito da Prefeitura Municipal de Anápolis de rescindir o contrato de pleno direito, independentemente de ação ou interpelação judicial ou extrajudicial, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

## 10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### 10.1. RECEBIMENTO

10.1.1. Compete ao fornecedor a função da entrega, correndo por sua conta o risco da operação, inclusive os fretes, embalagens, carga e descarga.

10.1.2. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

10.1.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.1.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

10.1.5. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

10.1.6. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para aferição do atendimento das exigências contratuais.

10.1.7. No caso de controvérsia quanto à execução do objeto, em relação à dimensão, qualidade ou quantidade, será observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à contratada para emissão de nota fiscal relativa à parcela incontroversa, para fins de liquidação e pagamento.

10.1.8. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação da despesa, não será computado para fins de recebimento definitivo.

10.1.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos bens, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

10.1.10. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do contratado e constituem condição para o recebimento do objeto.

---

## 10.2. LIQUIDAÇÃO

10.2.1. Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, iniciar-se-á o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação da despesa, conforme o art. 66 do Decreto Municipal nº 48.980/2023.

10.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente contém os elementos essenciais, tais como:

- 10.2.2.1. prazo de validade;
- 10.2.2.2. data de emissão;
- 10.2.2.3. dados do contrato e do órgão contratante;
- 10.2.2.4. período de execução do contrato;
- 10.2.2.5. valor a pagar;
- 10.2.2.6. eventual destaque de retenções tributárias cabíveis.

10.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até a regularização pelo contratado, reiniciando-se o prazo após a comprovação da correção, sem ônus para a Administração.

10.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, por meio de consulta ao SICAF ou, na impossibilidade, conforme art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2.5. A Administração deverá consultar o SICAF para:

- 10.2.5.1. verificar a manutenção das condições de habilitação;
- 10.2.5.2. identificar impedimentos à contratação com o Poder Público.

10.2.6. Constatada irregularidade fiscal, o contratado será notificado para regularização ou apresentação de defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável uma única vez, a critério da Administração.

10.2.7. Persistindo a irregularidade, a Administração adotará as providências cabíveis, inclusive quanto à comunicação aos órgãos fiscalizadores e eventual rescisão contratual, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

10.2.8. Havendo execução do objeto, os pagamentos poderão ser realizados até decisão final sobre eventual rescisão contratual.

---

## 10.3. PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO

10.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme art. 66 do Decreto Municipal nº 48.980/2023.

10.3.2. Em caso de atraso imputável à Administração, os valores devidos serão atualizados monetariamente até a data do efetivo pagamento, mediante aplicação do índice de correção monetária previsto.

10.3.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.3.4. Considera-se data do pagamento aquela em que constar como emitida a ordem bancária.

10.3.5. No pagamento serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação aplicável.

10.3.6. Independentemente dos percentuais indicados na proposta, serão retidos os tributos legalmente exigíveis no momento do pagamento.

10.3.7. O contratado optante pelo Simples Nacional não sofrerá retenção dos tributos abrangidos por esse regime, desde que comprove tal condição por meio de documento oficial.

---

## 10.4. REAJUSTE

10.4.1. Os preços contratados serão fixos e irreajustáveis pelo prazo de 1 (um) ano, contado da data do orçamento estimado, conforme art. 76 do Decreto Municipal nº 48.980/2023.

10.4.2. O reajuste será aplicado com base na variação do índice IPCA/IBGE.

10.4.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.4.4. Na hipótese de extinção ou inviabilidade do índice adotado, será utilizado o índice que vier a ser definido pela legislação vigente.

10.4.5. Na ausência de previsão legal de índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, mediante termo aditivo ou apostilamento.

## 11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1. São obrigações do Contratante:

11.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

11.3. Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas no Termo de Referência;

11.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções propostas sejam as mais adequadas;

11.5. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

11.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

11.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas em lei e no Termo de Referência;

11.8. Cientificar o órgão de representação judicial competente para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;



11.9. Emitir decisão expressa sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

11.10. A Administração terá o prazo de até 15 (quinze) dias, contado da data do protocolo do requerimento, para decidir, admitida prorrogação motivada por igual período;

11.11. Responder a eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro formulados pelo Contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias;

11.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

11.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, nem por danos causados a terceiros decorrentes de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

---

## 12. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

12.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

12.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, em língua portuguesa, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando aplicável;

12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, nos termos do Código de Defesa do Consumidor;

12.4. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que anteceder a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou por autoridade superior, prestando todo esclarecimento ou informação solicitados;

12.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que poderá descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, se exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, juntamente com a nota fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

12.8.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

12.8.2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

12.8.3. Certidões de regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

12.8.4. Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;

12.8.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

12.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao

Contratante;

12.10. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente verificado no local da execução contratual;

12.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que coloque em risco a segurança de pessoas ou bens;

12.12. Manter, durante toda a vigência da contratação, as condições exigidas para habilitação na licitação;

12.13. Cumprir a reserva legal de cargos para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social ou aprendizes, bem como as demais reservas previstas em lei;

12.14. Comprovar o atendimento às reservas legais de cargos, quando solicitado pela fiscalização contratual;

12.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

12.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, exceto nas hipóteses previstas no art. 124, II, “d”, da Lei nº 14.133/2021;

12.17. Cumprir as normas de segurança do Contratante e da legislação vigente;

12.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à execução do objeto;

12.19. Orientar e treinar seus empregados quanto à proteção de dados pessoais, nos termos da Lei nº 13.709/2018;

12.20. Manter o local de execução do objeto em condições adequadas de segurança, higiene e disciplina;

12.21. Submeter previamente ao Contratante quaisquer alterações nos métodos executivos que extrapolem as especificações técnicas;

12.22. Não empregar menores em desacordo com a legislação trabalhista;

12.23. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive as relativas à saúde e segurança ocupacional;

12.24. Não submeter trabalhadores a condições degradantes, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalho forçado;

12.25. Não permitir trabalho infantil, salvo na condição de aprendiz, nos termos da lei;

12.26. Não submeter menores de 18 (dezoito) anos a trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.27. Não permitir atividades constantes na Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil, conforme Decreto nº 6.481/2008;

12.28. Receber, apurar e dar tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência ou assédio no ambiente de trabalho.

### 13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

13.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

### 14. HABILITAÇÃO

14.1. Para fins de habilitação no procedimento licitatório, os licitantes deverão comprovar o atendimento às exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, e conforme disposto neste Termo de Referência e no instrumento convocatório.

#### 14.1. Habilitação jurídica

14.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

14.1.2. Microempreendedor Individual – MEI: apresentação do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio eletrônico oficial do Governo Federal;

14.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de eleição ou designação de seus administradores;

14.1.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório da diretoria em exercício;

14.1.5. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivados na Junta Comercial ou inscritos no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como comprovação do registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971;

14.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no registro onde se encontra sediada a matriz;

14.1.7. Empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto ou portaria de autorização para funcionamento no Brasil, expedido pelo órgão competente, publicado no Diário Oficial da União e arquivado na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, quando a atividade assim o exigir;

14.1.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações contratuais ou da consolidação respectiva, quando houver.

#### 14.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

14.2.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

14.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

14.2.3. Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, mediante apresentação de certidão expedida pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

14.2.4. Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do licitante, quando exigível;

14.2.5. Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Municipais ou certidão positiva com efeitos de negativa, na forma da legislação vigente;

14.2.6. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

14.2.7. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

14.2.8. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

## QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

14.3. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

14.4. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}$

$\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

$SG =$

$\frac{\text{Ativo Total}}$

$\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}$

$\frac{\text{Passivo Circulante}}$

14.5. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do [valor total estimado da contratação.

14.6. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

14.7. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

14.8. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

14.9. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

14.10. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

## 14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

14.23. Considerando a natureza do objeto, que consiste no fornecimento de materiais de limpeza e higienização, de caráter comum, padronizado e amplamente disponível no mercado, destinados ao atendimento das necessidades do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, não se identificam parcelas de maior relevância técnica ou de valor significativo que demandem comprovação de experiência prévia específica.

14.24. Nos termos do art. 67, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, a exigência de atestados de capacidade técnica está condicionada à definição de parcelas de maior relevância técnica ou de valor significativo do objeto, assim consideradas aquelas com valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação, o que não se verifica no presente caso.

14.25. Diante da inexistência de parcelas de maior relevância técnica ou de valor significativo, bem como da ausência de complexidade técnica, operacional ou tecnológica do objeto, fica dispensada a exigência de apresentação de atestados de capacidade técnica, por se tratar de fornecimento de bens comuns, cuja execução independe de experiência anterior específica.

14.26. A dispensa da exigência de atestados de capacidade técnica visa preservar os princípios da isonomia, da ampla competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, sem prejuízo da adequada execução contratual.

---

## 15. DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE HABILITAÇÃO

15.1. Em razão do disposto no item 13 deste Termo de Referência, não será exigida comprovação de aptidão técnica por meio de atestados de capacidade técnica, nem registro ou inscrição da empresa ou de responsável técnico em conselho profissional, por não se tratar de objeto que demande habilitação técnica especializada.

15.2. A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista poderá ser realizada por meio de consulta ao Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF ou sistema equivalente, quando disponível, ficando dispensada a apresentação de documentos que já constem como regulares no referido sistema.

15.3. As certidões apresentadas deverão estar válidas na data da análise da habilitação, admitida a comprovação de regularidade por meio de certidão positiva com efeitos de negativa, nos termos da legislação vigente.

15.4. O não atendimento às exigências de habilitação implicará a inabilitação do licitante, observado o disposto nos arts. 64 e 65 da Lei Federal nº 14.133/2021.

## 16. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

16.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 65.760,74 (sessenta e cinco mil setecentos e sessenta reais e setenta e quatro centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

16.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

## 17. DAS CONDIÇÕES GERAIS DO REGISTRO DE PREÇO

17.1. Será aceito o registro de mais de um fornecedor, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação, conforme inciso VII do artigo 82 da Lei 14.133/2021.

17.2. É vedado à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto deste edital em seu prazo de validade, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, conforme inciso VIII do artigo 82 da Lei 14.133/2021.

17.3. A possibilidade de adesão à ata de registro de preços decorrente desta contratação será disciplinada pelo que dispõe o Decreto Municipal 52.132/2025.

## 18. DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS – INCISO VI DO ART. 82 DA LEI Nº



18.1. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, ou ainda em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do inciso IV do § 5º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

18.3. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de sanções administrativas.

18.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

18.5. A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tenham formalizado contratações com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de revisão dos preços contratados.

18.6. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que inviabilize o cumprimento das obrigações assumidas na ata de registro de preços, desde que atendidos os seguintes requisitos:

18.6.1. a possibilidade de atualização dos preços registrados seja suscitada pelo fornecedor signatário da ata de registro de preços;

18.6.2. a modificação seja substancial nas condições registradas, caracterizando alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor e da Administração Pública;

18.6.3. seja demonstrada nos autos a desatualização dos preços registrados, mediante apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória idônea que evidencie a inviabilidade dos preços pactuados.

18.7. A iniciativa e o ônus da comprovação da necessidade de atualização caberão ao fornecedor signatário da ata de registro de preços, competindo ao órgão gerenciador a análise e a deliberação sobre o pedido.

18.8. Não comprovada a desatualização dos preços ou a ocorrência de fato superveniente, o pedido será indeferido, permanecendo o fornecedor obrigado a cumprir os compromissos assumidos pelo preço registrado, sob pena de cancelamento do registro de preços e aplicação das sanções cabíveis.

18.9. Na hipótese de cancelamento do registro de preços prevista no item anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento pelo preço registrado.

18.10. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique a execução da ata de registro de preços, a Administração poderá promover a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

18.11. Caso o fornecedor não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de sanções administrativas.

18.12. Liberado o fornecedor na forma do item anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento pelo preço atualizado.

18.13. Na inexistência de cadastro de reserva, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para negociação e eventual assinatura da ata de registro de preços,

inicialmente pelo valor ofertado e, frustrada a negociação, no máximo pelo valor atualizado, desde que não ultrapasse o orçamento estimado para a contratação.

18.14. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas necessárias para atendimento da necessidade administrativa.

## 19. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

19.1. Conforme artigo 18 do Decreto Municipal nº 52.132/2025:

19.2. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

19.2.1. for liberado;

19.2.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

19.2.3. não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa razoável;

19.2.4. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

19.2.5. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

19.2.6. não aceitar o preço revisado pela Administração Municipal.

19.3. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

19.3.1. pelo cancelamento de todos os preços registrados;

19.3.2. por fato superveniente, decorrente dos casos de:

19.3.2.1. força maior;

19.3.2.2. caso fortuito;

19.3.2.3. fato do príncipe;

19.3.2.4. fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrados;

19.3.3. por razões de interesse público, devidamente justificadas.

19.4. No caso de cancelamento da ata ou do registro de preços por iniciativa da Administração Municipal, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

19.5. O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

---

## 20. DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS

20.1. As quantidades registradas na Ata de Registro de Preços poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador entre os órgãos ou entidades participantes e não participantes, observadas as disposições da legislação vigente e desde que mantidas as condições originalmente registradas.

20.1.1. As quantidades indicadas neste Termo de Referência correspondem ao quantitativo máximo estimado para contratação durante a vigência da Ata de Registro de Preços, não constituindo obrigação de contratação

pela Administração Pública.

20.2. O remanejamento somente será feito, conforme o Decreto Municipal nº 52.132/2025:

20.2.1. de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

20.2.2. de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

20.2.3. Se o órgão gerenciador tiver estimado as quantidades que pretende contratar, este será considerado participante para fins de remanejamento.

20.2.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos nos §§ 2º e 3º do art. 27 do Decreto Municipal nº 52.132/2025.

20.2.5. Competirá ao órgão gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer a redução.

20.2.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades do Município de Anápolis e órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços optar pela aceitação ou não do fornecimento, observadas as condições nela estabelecidas.

---

## 21. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

21.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

21.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão;

21.1.2. demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados no mercado, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021;

21.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão gerenciador e do fornecedor;

21.1.4. previsão de adesão no edital.

21.2. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados, conforme § 2º do art. 27 do Decreto Municipal nº 52.132/2025.

21.3. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata.

21.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão.

21.5. O órgão ou entidade poderá solicitar adesão aos itens de que não tenha figurado inicialmente como participante, nos termos do § 2º do art. 86 da Lei nº 14.133/2021.

21.6. Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido o quantitativo anteriormente autorizado.

---

## 22. DA ATUALIZAÇÃO PERIÓDICA DA ATA OU DO PREÇO REGISTRADO

22.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados nas seguintes situações:

22.1.1. redução dos preços praticados no mercado;

22.1.2. ocorrência de fato que eleve os custos, como força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, nos termos do art. 124, II, “d”, da Lei nº 14.133/2021;

22.1.3. criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais;

22.1.4. previsão expressa de reajuste ou repactuação no edital.

22.2. No caso de reajustamento, deverá ser respeitada a anualidade e o índice previsto.

22.3. No caso de repactuação, esta poderá ser solicitada pelo interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

---

## 23. DO CADASTRO DE RESERVA

23.1. Será admitida a formação de Cadastro de Reserva, nos termos dos arts. 33, § 2º, e 38 do Decreto Municipal nº 48.980, de 27 de abril de 2023.

23.2. A formação do Cadastro de Reserva dar-se-á mediante manifestação formal das empresas interessadas, após convocação expedida pelo(a) Agente de Contratação, realizada por meio do sistema eletrônico utilizado para o certame, com envio de mensagens no chat geral, informando sobre a abertura do prazo para composição do Cadastro de Reserva.

23.3. Os licitantes interessados deverão formalizar o respectivo interesse no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas da convocação, mediante envio de manifestação expressa para o e-mail institucional [licitacao@anapolis.go.gov.br](mailto:licitacao@anapolis.go.gov.br), observado o disposto no edital.

23.4. O Cadastro de Reserva será formalizado em anexo à Ata de Registro de Preços e será composto, observada a ordem de classificação, pelos seguintes licitantes:

23.4.1. aqueles que aceitarem cotar os bens ou serviços pelos mesmos preços do adjudicatário;

23.4.2. aqueles que mantiverem sua proposta original, quando não houver interessados na hipótese do subitem anterior.

23.5. O Cadastro de Reserva será utilizado exclusivamente nas hipóteses de impossibilidade de atendimento pelo fornecedor signatário da Ata, observadas as condições nela estabelecidas.

23.6. A habilitação dos licitantes integrantes do Cadastro de Reserva será exigida apenas quando da necessidade de sua convocação, nas hipóteses previstas no edital e na legislação aplicável.

---

## 24. DAS ALTERAÇÕES

24.1. Os preços registrados poderão ser alterados, nas hipóteses e condições previstas no art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no art. 14 do Decreto Municipal nº 52.132, de 2025.

24.2. As alterações contratuais observarão o disposto nos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

24.3. O contratado ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

24.4. As supressões que ultrapassarem o limite previsto no subitem anterior somente poderão ocorrer mediante acordo entre as partes.

24.5. As alterações contratuais serão formalizadas por termo aditivo, ressalvadas as hipóteses de apostilamento, nos termos do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

## 25. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

25.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 623 – Fundo Municipal de Saúde;

II) Fonte de Recursos: 0102.000000;

III) Programa de Trabalho: 10.302.1117.2745 – Manutenção do Serviço Móvel de Urgência - SAMU;

IV) Elemento de Despesa: 3.3.90.30;

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 26. DA SUBSTITUIÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

25.1. Nesse caso, o Contrato será substituído pela Nota de Empenho.

## 27. DOS CASOS OMISSOS

27.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## 28. FORO

28.1. Fica definido o Foro da Comarca do Município de Anápolis para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

## 29. DISPOSIÇÕES FINAIS

29.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Anápolis, 10 de fevereiro de 2025

**Vanessa Rosa de Oliveira Teixeira Costa**  
Coordenadora Regional Pireneus SAMU

**Lara Dayse de Paula Limírio Martins**  
Diretora de Urgência e Emergência

**Jaqueline Gonçalves Rocha de Oliveira**  
Secretária Municipal de Saúde



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Rosa de Oliveira Teixeira Costa**, **Coordenador(a)**, em 10/02/2026, às 17:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LARA DAYSE DE PAULA LIMIRO MARTINS**, **Diretor(a)**, em 12/02/2026, às 10:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Jaqueline Gonçalves Rocha de Oliveira**, **Secretario(a)**, em 12/02/2026, às 14:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.anapolis.go.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.anapolis.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **2199840** e o código CRC **4000EAB0**.



## SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Estudo Técnico Preliminar - ETP Nº 10/2025 - SEMUSA/DIASA/CSAMU/DEPCO

Em 05 de junho de 2025.

**1. IDENTIFICAÇÃO/ INTRODUÇÃO:**

Demanda (descrição resumida)		<b>REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA LAVAGEM DE VEÍCULOS DO SAMU (SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA)</b> a fim de suprir as demandas da Prefeitura Municipal de Anápolis-GO.
Data de Início do ETP		03/05/2024
SERVIDOR RESPONSÁVEL	Unidade Administrativa	Secretaria Municipal de Saúde
	Servidor(a) Responsável	Vanessa Rosa de Oliveira Teixeira Costa
	Ramal	3902-6300
	E-mail	<a href="mailto:samu@anapolis.go.gov.br">samu@anapolis.go.gov.br</a>
	Data da proposição	
AUTORIZAÇÃO SUPERIOR	Unidade Administrativa	Secretaria Municipal de Saúde
	Gestor(a) responsável	Raquel Moreira Barros Tolentino de Araújo Goulart
	E-mail	<a href="mailto:dae@anapolis.go.gov.br">dae@anapolis.go.gov.br</a>
	Data aprovação	

Este documento apresenta o Estudo Técnico Preliminar (ETP), que constitui primeira etapa do planejamento de uma contratação e serve essencialmente para assegurar a viabilidade técnica da contratação por meio da realização de pesquisas, análises e estudos, a fim de definir qual contratação é a mais vantajosa ao Município, levando em conta os critérios financeiro, operacional e gerencial para analisar e justificar a escolha da melhor solução para a elaboração do Termo de Referência (TR), caso se conclua pela viabilidade da contratação.

O artigo 6º, inciso XX, da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, conceitua o ETP e o artigo 18, §1º, fundamenta a obrigatoriedade da elaboração do mesmo, caracterizando o interesse público envolvido, devendo evidenciar o problema a ser resolvido e a melhor solução, assim como os incisos do Art. 7º, da IN 40/2020.

**2. DIRETRIZES GERAIS**

<b>Descrição da Demanda</b>
<b>2.1 – Descrição da Necessidade da Contratação. Art. 18, §1º, inciso I</b>

Os veículos utilizados pelo SAMU desempenham um papel crucial no atendimento de emergências médicas. Para garantir um ambiente seguro e higiênico para os profissionais de saúde e pacientes, é essencial manter esses veículos limpos e bem cuidados.

A limpeza regular dos veículos do SAMU é fundamental para prevenir a contaminação cruzada e a propagação de doenças infecciosas. A remoção de sujeira, resíduos e agentes patogênicos das superfícies dos veículos ajuda a reduzir o risco de infecções nos pacientes e nos profissionais de saúde.

Os profissionais que atuam no SAMU passam longos períodos dentro dos veículos durante seus plantões. Portanto, é importante garantir que esses ambientes de trabalho estejam limpos, organizados e confortáveis para proporcionar condições adequadas de trabalho e bem-estar para a equipe.

A lavagem regular dos veículos contribui para a preservação da frota do SAMU, prolongando a vida útil dos veículos e reduzindo os custos de manutenção. A remoção de sujeira e resíduos evita danos à pintura, corrosão e deterioração das peças mecânicas.

A manutenção da limpeza dos veículos do SAMU está em conformidade com as normas e regulamentos de saúde, segurança e higiene no ambiente de trabalho, além de atender às diretrizes de qualidade do serviço prestado.

Portanto, a aquisição de materiais para lavagem de veículos do SAMU é uma medida essencial para garantir a eficácia operacional, a segurança dos profissionais e pacientes, e a preservação da frota de veículos utilizados no atendimento de emergências médicas.

## **2.2 – Previsão da Contratação no Plano Anual de Contratação. Art. 18, §1º, inciso II**

Existe referência e a previsão de tais contratações no PAC do município. Logo a aquisição de tais produtos poderá ser feita juntamente com os demais órgãos da Administração Pública, através de processo licitatório conforme os tramites do Setor de Compras e Licitações que através de consulta de Intenção de Registro de Preços - IRP, encaminhará as especificações, atendendo a uma previsão e planejamento antecipado para aquisição dos produtos.

## **2.3 - Requisitos da contratação. Art. 18, §1º, inciso III**

A necessidade aquisição de materiais para limpeza de veículos no SAMU é sempre contínua. Logo, entende-se que o fornecimento de materiais de lava jato é de natureza continuada, que poderá, excepcionalmente, ser superior a 12 meses, obedecendo à disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no Plano Plurianual. Sendo assim, as contratações deverão ser prorrogadas conforme os Art. 105 e 106 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

## **2.4 - Estimativa das quantidades, acompanhadas das 'memórias de cálculo' e dos documentos que lhe dão suporte. Art. 18, §1º, inciso IV**

As quantidades a serem adquiridas foram definidas em função da necessidade do serviço de limpeza dos veículos do SAMU para operacionalização do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência e foram definidas conforme levantamentos feitos de acordo com a demanda utilizada nos últimos 12 meses e segue conforme demonstrado a seguir:

**Levantamento da Frota:** O serviço de atendimento móvel de urgência possui 2 Unidades de Suporte Avançado (USA), 6 Unidades de suporte Básico (USB), 2 motolâncias, 1 central de regulação de urgências. O serviço de ambulância sanitária também fica sob a responsabilidade da Coordenadoria do SAMU e também utiliza o serviço de radiocomunicação

**Tipos de ocorrências atendidas pelo SAMU:** Entre as ocorrências mais comuns atendidas pelo SAMU estão as emergências clínicas, que englobam uma gama diversificada de condições médicas agudas. Desde crises hipertensivas e problemas cardíacos, como infartos e AVCs, até alterações de consciência e crises convulsivas, o SAMU está sempre pronto para oferecer o suporte médico necessário para estabilizar e transportar os pacientes de forma segura.

Além das emergências clínicas, o SAMU também lida com uma série de casos traumáticos, que vão desde acidentes de trânsito e quedas até ferimentos por arma de fogo ou arma branca. Essas situações exigem uma resposta rápida e coordenada para avaliar, tratar e transportar os pacientes para unidades de saúde adequadas.

Os atendimentos obstétricos representam outra área importante de atuação do SAMU. Desde o suporte a partos em domicílio até a estabilização de gestantes com complicações durante o trabalho de parto, o SAMU oferece assistência especializada para garantir a segurança tanto da mãe quanto do bebê.

Além disso, o SAMU também está preparado para lidar com situações de intoxicação e envenenamento, atendimentos pediátricos de urgência, crises psiquiátricas agudas e casos que exigem suporte básico e avançado de vida, como reanimação cardiopulmonar e desfibrilação.

**Características das sujidades a que as viaturas estão sujeitas:** Uma das principais características da sujeira encontrada nas viaturas do SAMU é a presença de fluidos corporais, como sangue, saliva e vômito. Devido à natureza das emergências médicas atendidas, as viaturas muitas vezes se tornam cenário de intervenções que envolvem ferimentos, traumas e condições médicas críticas. Esses fluidos representam não apenas uma questão de limpeza, mas também um risco potencial de contaminação biológica, exigindo uma abordagem cuidadosa e metódica na limpeza e desinfecção dos veículos.

Além dos fluidos corporais, as viaturas do SAMU também podem acumular sujeira da rua, incluindo poeira, lama, óleo e detritos diversos. Durante deslocamentos rápidos para atender chamados de emergência, os veículos podem entrar em contato com uma variedade de superfícies e ambientes externos, aumentando o acúmulo de sujeira no interior e exterior dos veículos. A limpeza regular é essencial não apenas para manter um ambiente de trabalho seguro e higiênico, mas também para preservar a integridade e funcionalidade dos equipamentos e componentes das viaturas.

**Consumo Médio:** Com base nas informações acima, pode-se estimar o consumo médio de cada produto de limpeza por veículo ou por tipo de ocorrência atendida. Isso pode ser calculado com base na área a ser limpa, na concentração dos produtos a serem utilizados e na frequência de uso.

ESTIMATIVA DE CONSUMO REALTIVA - REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA LAVAGEM DE VEÍCULOS DO SAMU (SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA)				
Item	Descrição	Unidade	Quantidade mensal	Quantidade anual
1	<b>Shampoo concentrado automotivo:</b> Shampoo tipo concentrado, com cera, princípio ativo: linear alquil benzenosulfonado e hidróxido de sódio. Apresentação: galão com 20L.	unidade	3	36

2	<b>Renovador de pneus e borrachas:</b> Tipo líquido, de cor azulada, PH 8,0+/-0,5, peso 1.3G/CM, Material ativo 20%; Apresentação: Galão de 5L	unidade	3	36
3	<b>Esfregão hidroangular automotivo</b> com cabo de alta qualidade com cerdas PET plumadas e com espuma para retenção do shampoo.	unidade	3	36
4	<b>Detergente ácido desincrustante altamente concentrado:</b> Desenvolvido para limpeza eficaz em todas as superfícies com incrustações de graxas, gorduras ou resíduos de óleo. Galão 50 litros	unidade	4	48

**DAS ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS E SISTEMAS, QUANTIDADES:**

ESTIMATIVA DE QUANTIDADES REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA LAVAGEM DE VEÍCULOS DO SAMU (SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA)							
Item	Descrição	Unidade	Quantidade mínima por ano	Quantidade máxima por ano	Valor unitário	Valor unitário mensal	Valor total anual
1	<b>Shampoo concentrado automotivo:</b> Shampoo tipo concentrado, com cera, princípio ativo: linear alquil benzenosulfonado e hidróxido de sódio. Apresentação: galão com 20L.	unidade	36	45	R\$ 133,00	R\$ 399,00	R\$ 4788,00
2	<b>Renovador de pneus e borrachas:</b> Tipo líquido, de cor azulada, PH 8,0+/-0,5, peso 1.3G/CM, Material ativo 20%; Apresentação: Galão de 5L	unidade	36	45	R\$ 87,90	R\$ 263,7	R\$ 3.164,40
3	<b>Esfregão hidroangular automotivo</b> com cabo de alta qualidade com cerdas PET plumadas e com espuma para retenção do shampoo.	unidade	36	45	R\$ 65,06	R\$ 195,18	R\$ 2.361,60

4	<b>Detergente ácido desincrustante altamente concentrado:</b> Desenvolvido para limpeza eficaz em todas as superfícies com incrustações de graxas, gorduras ou resíduos de óleo. Galão 50 litros	unidade	48	60	R\$ 208,08	R\$ 624,24	R\$ 9.987,84
<b>TOTAL</b>							<b>R\$ 20.301,84</b>

## 2.5 - Levantamento de mercado e justificativa da escolha do tipo de solução a contratar. Art. 18, §1º, inciso V

A escolha dos produtos, especificações e suas funcionalidades foram estabelecidas com base nos produtos já utilizados pelo município por meio do último contrato de fornecimento destes produtos (Contratos nº 249/2019 - SEMUSA). Foram pesquisadas soluções que o mercado tem a oferecer e que seriam capazes de suprir a demanda, juntamente com as vantagens e desvantagens de cada solução, a fim de auxiliar a área demandante a tomar a melhor decisão na escolha da solução a ser contratada com a opção mais vantajosa para o município alinhada com o interesse público. Nesse levantamento verificou-se que opção mais vantajosa para a administração pública é o registro de preços.

O registro de preços permite que a instituição aproveite os preços e condições negociados previamente com os fornecedores, o que geralmente resulta em economia de recursos financeiros. Isso é particularmente importante para entidades públicas, que precisam garantir a eficiência na utilização dos recursos disponíveis.

Considerando que com o registro de preços em vigor, o processo de aquisição dos materiais de lavagem se torna mais ágil e simplificado. Em caso de necessidade, os materiais podem ser adquiridos rapidamente, sem a necessidade de realizar novas licitações ou negociações, o que é crucial para garantir a continuidade das operações do SAMU.

Ao estabelecer um registro de preços para a compra de materiais de lavagem, o SAMU pode garantir a padronização e a qualidade dos produtos utilizados. Isso contribui para manter a eficácia e a durabilidade dos materiais, bem como para garantir um ambiente seguro e higiênico para os profissionais de saúde e pacientes.

O registro de preços é um instrumento transparente que permite o acompanhamento e o controle das despesas relacionadas à compra de materiais de lavagem. Isso ajuda a garantir a conformidade com os procedimentos e normas internas, bem como a prestação de contas aos órgãos de controle e à sociedade em geral.

A utilização do registro de preços facilita o planejamento orçamentário, uma vez que permite estimar com maior precisão os gastos com a compra de materiais de lavagem ao longo do período de vigência do registro. Isso ajuda a evitar surpresas orçamentárias e a garantir a sustentabilidade financeira da instituição.

Portanto, o uso do registro de preços para a compra de materiais de limpeza para os veículos do SAMU é uma medida estratégica que contribui para a eficiência operacional, a transparência administrativa e a otimização dos recursos disponíveis.

## 2.6 - Estimativas do valor da contratação. Art. 18, §1º, inciso VI

Os valores estimados das contratações deverão ser levantados conforme a escolha dos produtos, especificações e suas funcionalidades apresentados no (quadro do Item 2.4) pelo setor de Cotações de Preços do Setor de Compras e Licitações da Prefeitura de Anápolis, obedecendo ao disposto no Art. 23, da Lei nº 14.133/2021 e sempre que possível, os parâmetros empregados de forma combinada ou não do:

- Painel de Preços ou Banco de Preços (PNCP);
- Aquisições e contratações similares de outros entes públicos;
- Dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo;
- Pesquisa direta com fornecedores (mínimo 03);
- E, pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

## **2.7 - Descrição da solução como um todo. Art. 18, §1º, inciso VII**

A solução para a aquisição de produtos para limpeza das viaturas do SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência) via registro de preços pode ser descrita da seguinte maneira:

Inicialmente será realizado um levantamento detalhado das necessidades de limpeza das viaturas do SAMU. Isso inclui identificar os tipos e quantidades de produtos de limpeza necessários, bem como suas especificações técnicas.

Elaboração do Termo de Referência será confeccionado com base no levantamento das necessidades que descreve os produtos a serem adquiridos, suas especificações técnicas, quantidades estimadas, prazos de entrega e demais condições necessárias para a realização da compra.

Publicação do Edital de Registro de Preços. O edital de registro de preços será publicado de acordo com as diretrizes estabelecidas na Lei 14.133/2021. O edital deve conter todas as informações necessárias para que os fornecedores interessados possam participar do processo, incluindo os critérios de seleção, prazos e documentos exigidos.

Recebimento e Análise das Propostas: Os fornecedores interessados apresentarão suas propostas de preços, que serão recebidas e analisadas pela equipe responsável pelo processo de registro de preços. Serão avaliados não apenas os preços oferecidos, mas também a qualidade dos produtos, a capacidade técnica dos fornecedores e outros critérios definidos no edital.

Homologação e Publicação da Ata de Registro de Preços: Após a análise das propostas, as empresas fornecedoras que atenderem aos requisitos estabelecidos no edital têm suas propostas homologadas e é publicada a ata de registro de preços,

Com a ata de registro de preços em vigor, o SAMU poderá adquirir os produtos de limpeza necessários conforme a demanda surgir. Os pedidos de compra são feitos diretamente aos fornecedores registrados na ata, utilizando os preços e condições previamente negociados.

Acompanhamento e Controle: Durante a vigência da ata de registro de preços, será realizado o acompanhamento e o controle das compras realizadas, garantindo que os produtos sejam entregues conforme o contratado e que os preços praticados estejam de acordo com os estabelecidos na ata.

Renovação ou Encerramento da Ata: Ao término do prazo de vigência da ata de registro de preços, o SAMU poderá optar por renová-la, mediante processo de prorrogação, ou encerrá-la, conforme previsto na legislação aplicável.

Essa solução proporciona ao SAMU uma forma eficiente e transparente de adquirir os produtos de limpeza necessários para manter suas viaturas em condições adequadas de higiene e segurança, em conformidade com as disposições da Lei 14.133/2021.

Conclui-se que a melhor forma para solucionar o problema é a compra por meio de contrato de fornecimentos desses produtos por meio de um Registro de Preços, sendo a melhor forma de contratação por menor valor unitário.

## **2.8 - Justificativa para o parcelamento ou não da contratação. Art. 18, §1º, inciso VIII**



O parcelamento da contratação de fornecedor de materiais para limpeza das viaturas do SAMU pode ser justificado com base no Artigo 18, Parágrafo 1º, Inciso VIII da Lei 14.133/2021, que prevê a possibilidade de parcelamento do objeto licitado em razão de sua natureza e objetivos.

O parcelamento da contratação permite uma melhor gestão financeira dos recursos do SAMU, distribuindo os gastos ao longo do tempo e evitando impactos significativos no orçamento em um único período. Isso possibilita um planejamento mais adequado e evita sobrecargas financeiras em determinados momentos.

O parcelamento permite que os materiais de limpeza sejam adquiridos de forma gradual, de acordo com as necessidades do SAMU ao longo do tempo. Isso garante que os materiais estejam sempre disponíveis quando necessários, sem a necessidade de adquirir grandes quantidades de uma só vez.

O parcelamento oferece flexibilidade na contratação, permitindo que o SAMU ajuste o volume e o tipo de materiais adquiridos de acordo com as demandas específicas de cada período. Isso possibilita uma maior adequação às variações sazonais de demanda ou a emergências imprevistas.

Ao parcelar a contratação, o SAMU reduz os riscos associados à aquisição de grandes volumes de materiais de uma só vez. Isso inclui a redução do risco de obsolescência, deterioração ou perda de materiais, além de mitigar os impactos financeiros caso ocorram problemas durante a execução do contrato.

O parcelamento da contratação pode estimular a participação de um maior número de fornecedores, especialmente aqueles que podem não ter capacidade de atender a uma única aquisição de grande porte. Isso promove a concorrência e pode resultar em melhores preços e condições para o SAMU.

Portanto, o parcelamento da contratação de fornecedor de materiais para limpeza das viaturas do SAMU é uma medida que contribui para uma gestão mais eficiente dos recursos, garantindo o atendimento às necessidades da instituição de forma adequada e sustentável.

## **2.9 - Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis. Art. 18, §1º, inciso IX.**

Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis, conforme o Artigo 18, Parágrafo 1º, Inciso IX da Lei 14.133/2021:

### **Economicidade**

**Redução de Custos:** Através da aquisição de materiais para limpeza das viaturas do SAMU via registro de preços, espera-se reduzir os custos associados à compra desses produtos, uma vez que o registro de preços possibilita a negociação de preços mais vantajosos com os fornecedores selecionados.

**Otimização dos Recursos Financeiros:** Ao parcelar a contratação e adquirir os materiais de limpeza conforme a demanda surgir, o SAMU poderá otimizar o uso dos recursos financeiros disponíveis, evitando a imobilização de recursos em estoques desnecessários e permitindo um melhor direcionamento dos investimentos em outras áreas prioritárias.

### **Melhor Aproveitamento dos Recursos Humanos**

**Foco nas Atividades Essenciais:** A aquisição de materiais para limpeza das viaturas do SAMU de forma mais eficiente e econômica permite que os recursos humanos da instituição possam se concentrar nas atividades essenciais de atendimento às emergências médicas, sem a necessidade de dedicar tempo excessivo à busca e aquisição de materiais de limpeza.

**Redução da Carga de Trabalho:** Com uma gestão mais eficiente dos materiais de limpeza, os profissionais do SAMU terão menos preocupações com a disponibilidade dos recursos necessários para manter as viaturas limpas e em condições adequadas de uso, permitindo uma redução da carga de trabalho administrativo.

### **Melhor Aproveitamento dos Recursos Materiais**

**Uso Eficiente dos Materiais:** A aquisição dos materiais de limpeza via registro de preços permite um uso mais eficiente dos materiais, uma vez que os produtos são adquiridos conforme a demanda e de acordo com as quantidades necessárias, evitando desperdícios e garantindo um melhor aproveitamento dos recursos materiais disponíveis.

**Manutenção Adequada das Viaturas:** A disponibilidade dos materiais de limpeza necessários garante uma manutenção adequada das viaturas do SAMU, prolongando sua vida útil e reduzindo os custos de manutenção a longo prazo. Isso contribui para o melhor aproveitamento dos recursos materiais da instituição.

## **2.10 - Providências para a adequação do ambiente do órgão para a celebração do Contrato. Art. 18, §1º, inciso X.**

Não será necessária a realização de medidas prévias pela Secretaria Municipal de Obras, Meio Ambiente e Serviços Urbanos de Anápolis para a celebração de contratos dessa natureza, uma vez que a destinação e entrega dos produtos, serão de forma direta e/ou parcelada na Base do SAMU Anápolis.

## **2.11 - Contratações correlatas e/ou interdependentes. Art. 18, §1º, inciso XI.**

A aquisição dos objetos a serem contratados não terá uma relação conjunta com o trabalho das outras unidades do município.

## **2.12 – Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento (mitigações). Art. 18, §1º, inciso XII.**

Os possíveis impactos ambientais associados à aquisição e uso de materiais para limpeza das viaturas do SAMU podem incluir o uso excessivo de produtos químicos, geração de resíduos sólidos e líquidos, contaminação do solo e da água, entre outros. Para mitigar esses impactos, podem ser adotadas as seguintes medidas de tratamento:

Optar por produtos de limpeza que sejam biodegradáveis, não tóxicos e ambientalmente amigáveis pode reduzir significativamente os impactos negativos sobre o meio ambiente. Esses produtos são menos agressivos à saúde humana e ao ecossistema, além de serem mais facilmente degradados após o uso.

**Gerenciamento de Resíduos:** Implementar um sistema adequado de gerenciamento de resíduos sólidos e líquidos gerados durante a limpeza das viaturas é fundamental para evitar a contaminação do meio ambiente. Isso inclui a separação, armazenamento correto e destinação final adequada dos resíduos, seguindo as regulamentações ambientais aplicáveis.

**Treinamento e Conscientização:** Promover treinamentos e programas de conscientização para os profissionais do SAMU sobre a importância da adoção de práticas ambientalmente sustentáveis na limpeza das viaturas pode aumentar a adesão às medidas de mitigação e reduzir os impactos ambientais.

**Monitoramento Ambiental:** Realizar monitoramento regular da qualidade ambiental nas áreas onde são realizadas as atividades de limpeza das viaturas pode ajudar a identificar potenciais impactos ambientais e tomar medidas corretivas imediatas, se necessário.

**Utilização de Equipamentos Eficientes:** Investir em equipamentos de limpeza eficientes e com baixo consumo de água e energia pode contribuir para a redução do consumo de recursos naturais e dos impactos ambientais associados à limpeza das viaturas.

**Planejamento Ambiental:** Incorporar considerações ambientais desde o planejamento inicial da aquisição de materiais para limpeza das viaturas pode ajudar a identificar e mitigar potenciais impactos ambientais antes mesmo de eles ocorrerem. Isso inclui a realização de avaliações de impacto ambiental e a seleção de fornecedores que adotem práticas sustentáveis.

### **2.13 - Declaração conclusiva da contratação para o atendimento a que se destina. Art. 18, §1º, inciso XIII.**

Declaro para os devidos fins que o Estudo Técnico Preliminar evidenciou que a melhor solução para o problema é a contratação por meio de Registro de Preço para tais aquisições, sendo desta forma o mais viável sobre a ótica de razoabilidade, eficácia e economicidade da aquisição, conforme demonstrado nos itens 2.7 e 2.9 do presente estudo.

**Vanessa Rosa de Oliveira Teixeira Costa**  
Coordenador Regional Pireneus SAMU

**Raquel Moreira Barros Tolentino de Araújo Goulart**  
Diretora de Atenção em Saúde

De acordo, considerando a imprescindibilidade dessa contratação para o cumprimento das atribuições institucionais desta Secretaria.

**Eliane Pereira dos Santos**  
Secretária Municipal de Saúde



Documento assinado eletronicamente por **Fahuanny Alves Martins, Servidor Municipal**, em 05/06/2025, às 13:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Pereira dos Santos, Secretario(a)**, em 05/06/2025, às 15:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Moreira Barros Tolentino de Araújo Goulart, Diretor(a)**, em 09/06/2025, às 10:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Rosa de Oliveira Teixeira Costa, Coordenador(a)**, em 09/06/2025, às 12:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.anapolis.go.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.anapolis.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1687974** e o código CRC **B41F3A98**.

01108.00002306/2024-69

1687974v2

Avenida Brasil n. 200 - Bairro CENTRO - CEP 75075-210 - Anápolis - GO , Sede da Prefeitura - -  
[www.anapolis.go.gov.br](http://www.anapolis.go.gov.br)

## **ANEXO II – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Processo Administrativo nº nº. 01108.00002306/2024-69

Ata de Registro de Preços nº XX/2025

A Prefeitura Municipal de Anápolis, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração – SEMAD, Av. Profa. Zenaide de Calle Roriz, 1350 - Jundiá, Anápolis - GO, 75110-030, na cidade de Anápolis, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 01.067.479/0001-46, neste ato representado(a) pelo(a) Secretário Municipal de Administração, Gestão de Pessoas e Inovação, nomeado(a) pela Portaria nº 528, de 29 de agosto de 2025, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 0xx/2025, processo administrativo n.º 01108.00002306/2024-69, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 52.132, de 20 de agosto de 2025 do Município de anápolis, e em conformidade com as disposições a seguir:

### **1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual contratação para aquisição de Materiais de Lavagem de Veículos, especificado(s) no(s) item(ns) XX do Termo de Referência, anexo I do Pregão Eletrônico n.º 0xx/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

### **2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]			
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Unidade	Valor Unitário

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

### **3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

3.1. O órgão gerenciador será o(a) Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas e Inovação – SEMAD.

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

### **4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos (art. 27, do Decreto Municipal nº 52.132/2025):

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021, observados os dispositivos constantes no Anexo V - Pesquisa de Preços do Decreto Municipal nº 48.980/2023 ou norma que venha a substituí-lo;

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.1.4. possibilidade de adesão prevista no edital.

4.2. É dispensável a realização prévia de pesquisa de mercado para adesão a atas de registro de preços do Município de Anápolis por órgão ou entidade da Administração Pública direta, indireta, autárquica e fundacional do Município de Anápolis, na qualidade de não participante, salvo quando se tratar do disposto no § 4º do art. 10 do Decreto Municipal nº 52.132/2025.

4.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita

pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do Decreto Municipal nº 52.132/2025.

#### **Dos limites para as adesões**

4.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes. § 2º do art. 27 do Decreto Municipal nº 52.132/2025.

4.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços, § 3º do art. 27 do Decreto Municipal nº 52.132/2025.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **Vedação a acréscimo de quantitativos**

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, nos termos do § 8º do art. 11 do Decreto Municipal nº 52.132/2025.

4.11. É vedada a existência simultânea de mais de um registro de preços para o mesmo objeto no mesmo local, condições mercadológicas e de logística, nos termos do § 9º do art. 11 do Decreto Municipal nº 52.132/2025..

### **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP e no Diário Oficial do Município, prevalecendo o que ocorrer por último,, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, na forma de termo aditivo, desde que comprovado as condições e o preço vantajoso, conforme § 1 do artigo 11 do Decreto Municipal nº 52.132/2025.



- 5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado, nos termos do Art. 12 do Decreto Municipal nº 52.132/2025.
- 5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- 5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços nos termos do parágrafo único do art. 22 do Decreto Municipal nº 52.132/2025.
- 5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.4. Os contratos poderão ser alterados de acordo com o previsto em lei e no edital da licitação, inclusive quanto ao acréscimo de que trata os art. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021, cujo limite é aplicável ao contrato individualmente considerado e não à ata de registro de preços.
- 5.5. A duração dos contratos decorrentes da ata de registro de preços deverá atender ao contido no Capítulo V do Título III da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 5.6. A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pelo órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.
- 5.7. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 5.7.1. A convocação para assinar a ata de registro de preços obedecerá a ordem de classificação na licitação correspondente.
- 5.7.2. Serão registrados os preços e quantitativos ofertados pelo licitante vencedor.
- 5.7.3. Será incluído, na respectiva ata de registro de preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, observadas as seguintes condições:

5.7.3.1. o registro a que se refere o item anterior tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata de registro de preços, nas hipóteses previstas no item 5.7.4., nos incisos II, IV e V do art. 18, no inciso III do art. 19, e no art. 24, todos do Decreto Municipal nº 52.132/2025;

5.7.3.2. se houver mais de um licitante na situação de que trata o item 5.7.3, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva; e

5.7.3.3. a habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva, será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

5.7.4. A recusa do adjudicatário em assinar a ata de registro de preços, dentro do prazo estabelecido no edital, permitirá a convocação dos licitantes que aceitarem fornecer os bens, executar as obras ou serviços, inclusive de engenharia, com preços iguais aos do licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas em lei e no edital da licitação.

5.7.5. A recusa injustificada em assinar a ata de registro de preços, ou cuja justificativa não seja aceita pelo órgão gerenciador, implicará na instauração de procedimento administrativo autônomo para, após garantidos o contraditório e a ampla defesa, eventual aplicação de sanções administrativas.

5.7.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços nos termos do item 5.7.4, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata de registro de preços nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

5.7.7. O preço registrado e a indicação dos fornecedores serão disponibilizados pelo órgão gerenciador no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

5.7.8. A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata de registro de preços e em seu anexo deverá ser respeitada nas contratações.

5.8. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

- 5.8.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.9. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura válida (física digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.10. O registro a que se refere o item 5.7.3.1. tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.11. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.12. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.7.3.3. somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.12.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
  - 5.12.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 5.13. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.14. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.14.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração, conforme art. 11 do Decreto Municipal nº 52.132/2025.
- 5.15. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.16. Na hipótese de nenhum dos licitantes remanescentes, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.16.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.16.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.17. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Conforme artigos 14, 15 e 16 do Decreto Municipal nº 52.132/2025:

6.2. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no inciso IV do § 5º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

6.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de sanções administrativas.

6.5. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

6.6. A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

6.7. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação, que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata de registro de preços, e desde que atendidos os seguintes requisitos:

6.7.1. a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

- 6.7.2. a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;
- 6.7.3. seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.
- 6.8. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.
- 6.9. Se não houver prova efetiva da desatualização e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das sanções administrativas previstas em lei e no edital.
- 6.10. Na hipótese do cancelamento do registro de preços, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.
- 6.11. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata de registro de preços, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.
- 6.12. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço revisado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de sanções administrativas.
- 6.13. Liberado o fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço revisado.
- 6.14. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata de registro de preços primeiramente no valor ofertado por estes e, caso não haja êxito na negociação, no máximo nas condições prevista no § 4º do Decreto Municipal nº 52.132/2025, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, nos termos do instrumento convocatório.
- 6.15. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.



## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. Conforme artigo 21 do Decreto Municipal nº 52.132/2025:

8.2. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2.1. O remanejamento somente será feito:

8.2.2. de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.3. de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.2.4. Se o órgão gerenciador tiver estimado as quantidades que pretende contratar, este será considerado participante para fins do remanejamento.

8.2.5. Na hipótese de remanejamento de órgão ou de entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos nos §§ 2º e 3º do art. 27 do Decreto Municipal 52.132/2025.

8.3. Competirá ao órgão gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.4. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades do Município de Anápolis e órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. Conforme artigos 18, 19 e 20 do Decreto Municipal nº 52.132/2025:

**9.2.** O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

9.2.1. for liberado;

9.2.2. descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

9.2.3. não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.2.4. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;



9.2.5. sofrer sanção prevista nos incisos III e IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;  
ou

9.2.6. não aceitar o preço revisado pela Administração.

**9.3.** A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

9.3.1. pelo cancelamento de todos os preços registrados;

9.3.2. por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; ou

9.3.3. por razões de interesse público, devidamente justificadas.

**9.4.** No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**9.5.** O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

## **10. DAS PENALIDADES**

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital, conforme Decreto Municipal nº 48.980/2023.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço conforme inciso X do artigo 5º do Decreto Municipal nº 52.132/2025.

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **11. CONDIÇÕES GERAIS**

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I AO EDITAL.



Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)  
registrado(s)



**ANEXO DA ATA**  
**Cadastro Reserva**

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]					
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]					
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade